



**Entrevistada:**  
**Tanya Amara Felipe de Souza**



A professora Tanya Amara Felipe de Souza nasceu no dia 1º de dezembro de 1951 em Belo Horizonte. Mora atualmente no Rio de Janeiro. É professora do Departamento de Ensino Superior do INES. Graduada em Letras. (UFMG-PUC-Recife-PE), Mestre em Linguística (UFPE), Doutora em Linguística aplicada à Libras (UFRJ - *University of Rochester* - USA) e Pós-Doutora (UFPB) com o Projeto de Pesquisa: **Sinais da Libras e suas regras morfo-sintáticas**, vinculado ao Projeto VLibras, supervisionado pelo Prof. Dr. Tiago Maritan Ugulino de Araujo, coordenador desse projeto. Trabalhou na Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil e foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

**1. Como você sabe, essa entrevista será publicada em uma Edição Especial da Revista Espaço, em comemoração aos 20 anos do Decreto 5626/2005. Gostaríamos de ler, em nossa revista, memórias do processo histórico de lutas e conquistas da comunidade surda em nosso país. Conte um pouco sobre o seu percurso pessoal na história da Educação de Surdos e/ou na história da regulamentação da Libras no Brasil.**

Minha entrada no “mundo dos Surdos” foi durante meu curso de Mestrado na UFPE, em 1983, quando conheci a Prof. Dra. Lucinda Ferreira Brito que estava nessa universidade como professora visitante e, a partir de uma apresentação minha em um evento, ela me perguntou se eu não gostaria de pesquisar sobre a língua de sinais que, depois, denominamos de Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros - LSCB, porque já sabíamos que existia outra língua de sinais no Brasil, utilizada pelos indíge-

nas Urubu-Ka'apor (**Língua de Sinais Urubu-Ka'apor** - BRITO, L.F 1984; KAKAMASU, J. 1986<sup>1</sup>). Assim, passei a ser membro desse mundo dos Surdos também.

Minha trajetória:

Em 1985, criamos o Grupo de Estudo sobre Linguagem Educação e Surdez - GELES, cujo Boletim 1 foi publicado em novembro 1985; em 1988, defendi a primeira dissertação sobre a Libras na área da Linguística no Brasil: **O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na LSCB**, na UFPE, Letras e Linguística - Curso de Mestrado, quando apresentei as comunidades linguísticas urbanas dos surdos brasileiros e a sua Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros - LSCB, a partir de dados coletados na Associação de Surdos de Pernambuco - ASPE, através de filmagem, de conversas espontâneas de surdos. Assim, ganhei o meu sinal-batismo na Cultura Surda, ao frequentar essa associação, todos os sábados, para coletar meus dados da LSCB, quando também comecei a buscar referências bibliográficas com relação às pesquisas em outras línguas de sinais, como por exemplo: PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. *Deaf in America: Voices from a Culture*. Harvard: Harvard University Press, 1990.

Como toda história tem vários atores sociais, fiz trabalho voluntário na FENEIS-Rio de Janeiro a partir de 1991, quando cheguei no Rio de Janeiro para realizar meu doutorado e pesquisava também sobre metodologia para ensino de Libras. Em 1992, no Rio de Janeiro, como linguista e cursando o doutorado em Linguística, a partir de discussões sobre leituras e vídeos estrangeiros, comecei a pesquisar, juntamente com Myrna Salerno e Nelson Pimenta, uma metodologia para o ensino de LIBRAS como L2. Continuo essa pesquisa, em fase-piloto, no Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), trabalhando com turmas de professoras do INES e de outras escolas, como também com uma turma de professores de Educação Física e técnicos de esportes na Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS). O objetivo desta pesquisa foi e é desenvolver material didático para ensino de Libras como segunda língua - L2.

Em 1993, criamos o nosso Grupo de Pesquisa da ANPOLL<sup>2</sup>, o Grupo de Estudo sobre Linguagem, Educação e Surdez - GELES, quando organizamos o **II Congresso Latino-Americano de Bilinguismo para Surdos** (o primeiro foi em Buenos Aires, onde nosso GP havia participado). Neste ano, também, começamos a preparar os “instrutores de LIBRAS” da FENEIS para utilizarem nosso material didático para ensino de Libras que estávamos elaborando. Esse trabalho de pesquisa metodológica recebeu financiamento do MEC-Secretaria de Educação Especial. Foram elaboradas três versões de um material didático que foi testado em classes para professores ouvintes, também do INES e culminou com a publicação dos livros **LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Professor**<sup>3</sup>, e **LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Aluno**<sup>4</sup>, acompanhado da fita de vídeo. O livro e fita do professor seriam utilizados pelo Instru-

<sup>1</sup> FERREIRA-BRITO, Lucinda. Similarities and Differences in Two Brazilian Sign Languages. *Sign Language Studies*, n. 42, p. 45-56, 1984.

KAKAMASU, James. Urubu-Kaapor. In: **Handbook of Amazonian Languages**, vol 1., Desmond Derbyshire and Geoffrey Pullum (eds.), 326-403. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.

<sup>2</sup> FELIPE, Tanya Amara. Trinta anos na ANPOLL: do Geles, GT Linguagem e Surdez ao GT Libras - trajetórias e conquistas. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p.63-86.

<sup>3</sup> FELIPE, Tanya Amara et al. **LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Professor** Edições FENEIS - Rio de Janeiro. 1997.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_, **LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Aluno**, acompanhado de fita de vídeo. Edições FENEIS - Rio de Janeiro, 1997.

tor de Libras e o livro e fita do estudante seriam utilizados pelos professores ouvintes que trabalhavam com discentes surdos.

Em maio de 1997, no 10º Aniversário da FENEIS, este material didático foi lançado e pode ser distribuído para professores ouvintes e para os surdos que seriam capacitados para trabalharem com esse material didático. Para haver um uso adequado do Livro do Professor, este material didático somente foi dado aos Instrutores de LIBRAS que fizeram o curso de formação a partir desta nova metodologia de ensino de LIBRAS. A FENEIS organizou o Curso de Capacitação de Instrutor de LIBRAS e alguns dos surdos deste primeiro curso se tornaram, também, posteriormente, Agentes Multiplicadores. Agora, sem essa regional, ficaram os legados e, por isso, antes da “Lei da Libras”, tivemos muitas pesquisas e lutas que forçaram os “poderes públicos” a promulgar a Lei de Libras.

Em 1994, a CORDE<sup>5</sup>, através de um Conselho Consultivo, editou o documento **“Subsídios para planos de ação dos governos federais e estaduais na área de atendimento ao portador de deficiência”** e, pela FENEIS, pude participar com os diretores surdos.

Em 1995, a CORDE organizou a **Câmara Técnica sobre reabilitação baseada na comunidade (RBC)** e, como membro da FENEIS, juntamente com lideranças surdas, participamos dessa Câmara e elaboramos o seguinte documento: **Resultados da Sistematização**.

Em 1996, a CORDE organizou a Câmara Técnica **“O SURDO E A LÍNGUA DE SINAIS”** e, como membro da FENEIS, juntamente com lideranças surdas, participamos dessa Câmara e elaboramos o documento: **Resultados da Sistematização dos trabalhos**. Nesta Câmara Técnica, proferi, como linguista, a conferência de abertura **Libras, uma língua gestual-visual**, quando destaquei que essa comunicação dos surdos é uma língua de fato e, por isso, os surdos deveriam ter seus direitos linguísticos respeitados para poderem adquirir esta língua como primeira língua e terem uma educação bilíngue. Nesse documento final dessa Câmara Técnica, incluímos o **ANEXO 1 - Proposta de Alteração do Projeto de Lei n. 131, de 1996, do Senado Federal que “dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências” - Redação Alternativa**.

Em 1998, depois de meu Doutorado Sandwich na *University of Rochester*, quando aprendi a ASL (American Sign Language) para me comunicar com meu coorientador surdo, Prof. Dr. Ted Supalla, de volta ao Brasil, consegui defender a **primeira tese de doutorado na área de linguística aplicada à Libras com o tema: A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**, pela UFRJ. No período em que coletava meus dados, na FENEIS, para minha tese, estava também elaborando os materiais didáticos **Libras em Contexto - Curso Básico**, Livro/fita do Aluno e Livro/Fita do Professor.

A partir dessas discussões sobre direito à educação bilíngue e produção acadêmica sobre a Libras, as comunidades surdas e colaboradores ouvintes começaram a luta pelos estados e municípios pela oficialização/promulgação da “Lei de libras” que aconteceu em 2002: **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**.

A Profa. Marlene Gotti, à frente da Secretaria de Educação Especial do MEC (SE-ESP/MEC<sup>7</sup>), elaborou comigo a versão de uma lei, que foi denominada de Lei de Libras

<sup>5</sup> Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

<sup>6</sup> Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

<sup>7</sup> A SEESP foi extinta em 2011 e suas atribuições foram incorporadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).



e, antes da sua publicação, apresentamos para as comunidades surdas e ponderamos que havia sido a redação possível politicamente, mas que iríamos pormenorizar questões importantes no documento para a regulamentação desta lei a partir de seu decreto.

Posteriormente, o MEC publicou diversos materiais referentes à implementação do Decreto 5.626/2005, que regulamentou a Lei de Libras, incluindo:

#### **a) Portarias e Publicações do MEC/SEESP**

- **Portaria nº 2.678/2002** (antes do decreto) - Reconheceu a Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores.
- **Documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2008)** - Aborda a educação bilíngue para surdos após o decreto.
- **Referenciais para a Formação de Professores em Libras** - Materiais de apoio à formação docente conforme o decreto.

#### **b) Publicações da Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC)**

- “Educação de Surdos: Saberes e Práticas” (Série Atualidades Pedagógicas) - Discute a implementação da educação bilíngue.
- Relatórios Técnicos sobre a Formação de Intérpretes de Libras - Orientações para cursos conforme o Decreto 5.626/2005.

#### **c) Acesso aos Documentos**

- Site do MEC (arquivos históricos):
  - Portal do MEC - Legislação <https://portal.mec.gov.br/>
  - Buscar por “Decreto 5.626/2005” ou “Educação de Surdos”.
- Biblioteca Digital do MEC:
  - Alguns materiais estão disponíveis em <http://bdigital.mec.gov.br>.

A FENEIS, posteriormente, como principal entidade representativa da comunidade surda, produziu materiais de advocacy, relatórios e cartilhas sobre o tema:

#### **a) Cartilhas e Manuais:**

- **“Libras: Língua Brasileira de Sinais - Legislação e Direitos”** - Explica a Lei 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005.
- **“Educação Bilíngue para Surdos: O Que Dizem as Leis?”** - Material educativo sobre a implementação do decreto.

#### **b) Relatórios e Atas de Reuniões:**

- **Atas de Encontros Nacionais da FENEIS (2000-2005)** - Registram discussões prévias à regulamentação.
- **Documentos de Posicionamento** - Textos em que a FENEIS defende escolas bilíngues e a formação de professores surdos.

### **c) Acesso aos Documentos: Site da FENEIS:**

- <http://www.feneis.org.br> (nem todos os arquivos históricos estão online, mas as sedes regionais podem fornecer materiais físicos ou digitais).

## **2. Quais foram as principais lutas da comunidade surda antes da criação do decreto?**

Essa jornada foi de tod@s que acreditavam que para a construção de um mundo melhor e mais justo, todos os atores sociais deveriam estar unidos, respeitando as suas diferenças e complementações; por isso, aconteceram discussões e a FENEIS teve um papel crucial também nessa luta.

Como a educação de surdos era tratada antes do reconhecimento oficial da Libras?

Desde as décadas de oitenta e noventa, em algumas universidades (UFPE, UFRJ e UFF), já discutíamos sobre a necessidade de oficialização da Libras, que a comunidade acadêmica denominava de Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros porque já tínhamos conhecimento de outra língua de sinais no Brasil, utilizada pelos indígenas Urubu-Kaapor.

## **3. O que motivou a criação do Decreto 5.626/2005 e qual foi sua participação nessa luta?**

A partir de 2001, o MEC, através da Secretaria de Educação Especial, estava implementando políticas públicas para a Educação de Surdos e eu fui convidada, pela Secretária de Educação Especial, Prof<sup>a</sup> Marlene Gotti, para participar de um evento promovido por esta secretaria, mas a língua utilizada pelos surdos brasileiros não tinha ainda o status de língua e era denominada de mímica, porém os surdos já ensinavam sinais nas suas aulas nas associações de Surdos, experiência que tive também como aluna quando estava pesquisando e coletando meus dados sobre a Libras em associações de Surdos no Recife e, depois, no Rio de Janeiro.

Nos encontros, na SEESP-MEC, surgiram a concepção do **Programa Nacional para a Educação de Surdos** e, posteriormente, do **Programa Nacional Interiorizando a Libras**, com relação às ações referentes à capacitação de Instrutores de Libras, ou seja, surdos que foram selecionados pela FENEIS e que fizeram esse curso para serem Instrutores de Libras e utilizaram o material didático Libras em Contexto, publicado pelo MEC-SEESP, para ministrarem o Curso Básico de Libras para os professores das redes públicas do Brasil. Esses materiais didáticos foram distribuídos para esses cursistas em todos os estados brasileiros.

## **4. Quais são os principais avanços conquistados desde a promulgação do decreto?**

Como a SEESP estava organizando uma proposta nacional para formação de Instrutores Surdos para ensinarem uma língua que não era oficializada, houve a mobilização das comunidades surdas para selecionarem surdos, com domínio da Libras para realizarem o Curso para Instrutores de Libras em Brasília.

## **5. O decreto traz determinações sobre o ensino da Libras nas escolas e nas universidades. O que você acha que avançou em relação a esse item e o que**



## **ainda falta conquistar?**

Houve muitos avanços para a Educação de Surdos, sobretudo no que diz respeito à comunicação gestual-visual dos surdos que foi considerada uma língua legítima e os discentes surdos passaram a ter seus direitos linguísticos respeitados através de uma Educação Bilíngue.

### **6. De que forma o Decreto 5.626/2005 dialoga com a inclusão social dos surdos?**

Com o decreto, os surdos puderam lutar e exigirem Educação Bilíngue em que sua língua fosse considerada primeira língua e língua de instrução e a língua portuguesa sua segunda língua, mas os surdos é que fariam essa escolha.

### **7. De que forma o decreto contribuiu para a valorização e viabilidade da identidade surda?**

Com o respeito e legitimidade da Libras como língua das comunidades surdas brasileiras, o sistema educacional brasileiro teve que conscientizar os pais e comunidade escolar sobre os direitos linguísticos dos educandos surdos, desenvolver materiais didáticos considerando que a língua portuguesa poderia ser a segunda língua e a Libras a língua preferencial; contratação de intérpretes de Libras, oferta de curso de Libras para a comunidade escolar e pais de surdos, entre outras iniciativas para a construção de escolas bilíngues.

### **8. A lei e seu decreto obrigam as instituições a garantirem acessibilidade comunicacional aos surdos? Como você acha que isso está ocorrendo? Houve avanços? Há necessidade de melhorar nesse aspecto?**

Embora o decreto para a Lei de Libras já tenha 20 anos, ainda não temos realmente proposta de Educação Bilíngue na maioria das escolas públicas brasileiras porque a simples inclusão de intérpretes em sala de aula, nos últimos anos do Ensino Básico e no Ensino Médio, quando são disponibilizados, não está garantindo melhoria no ensino e um ensino verdadeiramente bilíngue, considerando a Libras como L1 e a Língua Portuguesa como L2 e precisa também serem elaborados materiais didáticos em Libras para todas as disciplinas, além de formação de professores bilíngues.

### **9. Você gostaria de deixar alguma mensagem ou inspiração para a comunidade surda e para a sociedade em geral?**

As comunidades surdas possuem um bem imaterial no contexto patrimonial e cultural, através da Libras, suas identidades, associações, escolas e escolhas políticas. Uma sociedade para todos e com todos deve refletir uma harmonia e respeito a todos independentemente de suas diferenças que devem ser a complementariedade uns dos outros.